



23 de setembro de 2022
CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS POR SETOR INSTITUCIONAL (BASE 2016)
2º Trimestre de 2022

SALDO EXTERNO DA ECONOMIA DIMINUI PARA -0,8% DO PIB

A economia portuguesa registou um agravamento da necessidade de financiamento no 2º trimestre de 2022, que passou de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no 1º trimestre de 2022 para 0,8%¹. O Rendimento Nacional Bruto (RNB) e o Rendimento Disponível Bruto (RDB) aumentaram, respetivamente, 2,7% e 2,3% (crescimentos em cadeia de 2,9% e 2,8% no trimestre anterior). A redução do saldo externo da economia reflete a diminuição dos saldos de todos os setores internos, com exceção das Administrações Públicas (AP).

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) das Famílias aumentou 1,2% face ao trimestre anterior, verificando-se crescimentos de 1,9% e 1,4% das remunerações e do Valor Acrescentado Bruto (VAB), respetivamente. A despesa de consumo final aumentou 2,7% (4,0% no trimestre anterior), determinando a redução da taxa de poupança para 5,9% (7,3% no trimestre anterior) o que, em conjunto com o aumento do investimento, conduziu à redução da capacidade de financiamento em 1,0 pontos percentuais (p.p.), para 0,4% do PIB.

O saldo das Sociedades Não Financeiras (SNF) fixou-se em -2,7% do PIB, menos 0,7 p.p. que no trimestre anterior. O VAB deste setor registou um aumento de 3,8%, superior ao crescimento das remunerações pagas (taxa de variação de 2,4%), enquanto a FBCF cresceu 2,1%.

O saldo das Sociedades Financeiras diminuiu 0,3 p.p. para 1,4% do PIB no 2º trimestre de 2022.

O saldo do setor das AP aumentou 1,8 p.p. no ano terminado no 2º trimestre de 2022, passando de uma necessidade de financiamento de 1,6% do PIB no 1º trimestre para uma capacidade de financiamento de 0,2% do PIB. Tomando como referência os valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP no 2º trimestre de 2022 atingiu 1 104,6 milhões de euros, correspondendo a 1,9% do PIB, o que compara com -5,6% no período homólogo. Considerando valores para o conjunto do 1º semestre de 2022, o saldo das AP foi também positivo (0,8% do PIB), registando-se uma melhoria expressiva deste indicador face não só aos semestres homólogos de 2020 e 2021, marcados pela pandemia COVID-19, mas igualmente face a 2019.

¹ Salvo indicação em contrário, visando eliminar as flutuações de natureza sazonal e atenuar a irregularidade de forma a captar o comportamento tendencial das séries em consideração, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam referem-se ao **ano acabado no trimestre de referência**. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas **taxas de variação em cadeia** entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente (para informação adicional, ver Nota Metodológica no final do destaque). As taxas de variação apresentadas correspondem a variações nominais.



Economia portuguesa com um saldo negativo de 0,8% do PIB

Os resultados apresentados correspondem às estimativas preliminares para o 2º trimestre de 2022. Note-se que a evolução em termos homólogos reflete em parte um efeito de base, dado que no 1º trimestre de 2021 estiveram em vigor várias medidas de combate à pandemia que condicionaram a atividade económica.

A economia portuguesa registou um agravamento da necessidade de financiamento no 2º trimestre de 2022, que passou de 0,5% do PIB no 1º trimestre de 2022 para 0,8%. O PIB nominal aumentou 2,8% no 2º trimestre de 2022 face ao trimestre anterior e 10,0% comparativamente com o trimestre homólogo. O RNB e o RDB aumentaram, respetivamente, 2,7% e 2,3% relativamente ao trimestre anterior (10,0% e 9,5% face ao trimestre homólogo).

O aumento do RDB da economia no 2º trimestre de 2022 acima do crescimento de 2,4% da despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP), determinou o aumento de 2,2% da poupança bruta da economia, que representava 18,8% do PIB (menos 0,1 p.p. que no trimestre anterior e menos 0,2 p.p. que no trimestre homólogo).

O aumento da poupança não foi suficiente para financiar o aumento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), conduzindo a um agravamento do saldo externo da economia para -0,8% do PIB. A FBCF aumentou 2,2% comparativamente com o trimestre anterior e 11,5% face ao trimestre homólogo.

Figura 1. PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
3ºT 2019	212 112	1,0	206 864	0,9	211 518	0,9
4ºT 2019	214 375	1,1	208 806	0,9	213 689	1,0
1ºT 2020	213 935	-0,2	208 571	-0,1	213 780	0,0
2ºT 2020	205 828	-3,8	201 693	-3,3	206 817	-3,3
3ºT 2020	203 071	-1,3	199 574	-1,1	204 716	-1,0
4ºT 2020	200 519	-1,3	197 398	-1,1	202 446	-1,1
1ºT 2021	199 118	-0,7	196 049	-0,7	201 440	-0,5
2ºT 2021	206 751	3,8	203 625	3,9	209 747	4,1
3ºT 2021	210 308	1,7	206 943	1,6	213 406	1,7
4ºT 2021	214 471	2,0	211 875	2,4	218 358	2,3
1ºT 2022	221 162	3,1	218 120	2,9	224 455	2,8
2ºT 2022	227 440	2,8	223 945	2,7	229 707	2,3



Figura 2. Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)

Ano acabado no trimestre	Sociedades Não Financeiras	Sociedades Financeiras	Administrações Públicas	Famílias e ISFLSF	Total da economia
2ºT 2019	-3,4	2,5	0,1	1,7	0,9
3ºT 2019	-3,3	2,4	-0,2	1,8	0,7
4ºT 2019	-3,3	2,4	0,1	1,8	1,0
1ºT 2020	-3,4	2,3	-0,1	2,3	1,1
2ºT 2020	-3,9	2,4	-1,9	4,5	1,1
3ºT 2020	-2,6	2,3	-4,1	4,6	0,1
4ºT 2020	-2,2	2,6	-5,8	5,2	-0,2
1ºT 2021	-1,8	2,6	-7,0	6,2	0,0
2ºT 2021	-0,4	2,1	-5,9	4,3	0,1
3ºT 2021	-1,5	2,1	-3,9	3,8	0,6
4ºT 2021	-1,7	2,0	-2,9	3,2	0,5
1ºT 2022	-2,0	1,7	-1,6	1,4	-0,5
2ºT 2022	-2,7	1,4	0,2	0,4	-0,8

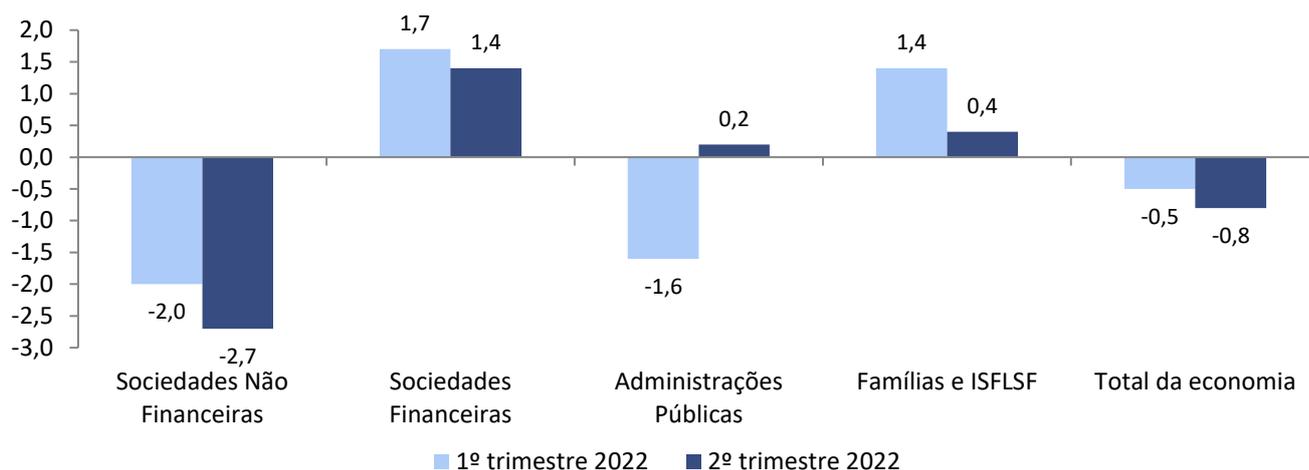
O agravamento do saldo da economia refletiu a redução do saldo de todos os setores internos da economia, com exceção das AP, que passou de um défice de 0,5% do PIB no 1º trimestre de 2022 para um excedente de 0,2% do PIB no 2º trimestre.

A necessidade de financiamento das SNF atingiu 2,7% do PIB no 2º trimestre de 2022, mais 0,7 p.p. que no trimestre anterior, enquanto a capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras diminuiu 0,3 p.p., para 1,4% do PIB.

A capacidade de financiamento das Famílias prolongou a trajetória decrescente iniciada no 2º trimestre de 2021, fixando-se em 0,4% do PIB no 2º trimestre de 2022, menos 1,0 p.p. que no trimestre anterior, refletindo a diminuição da poupança bruta.



Figura 3. Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)



Famílias: taxa de poupança das Famílias diminuiu 1,4 p.p. no 2º trimestre de 2022, fixando-se em 5,9%

A capacidade de financiamento das Famílias situou-se em 0,4% do PIB no 2º trimestre de 2022, o que representa uma diminuição de 1,0 p.p. face ao trimestre anterior.

A taxa de poupança das Famílias (figura 4) atingiu 5,9% do RDB, o que correspondeu a uma redução significativa de 1,4 p.p. relativamente ao trimestre anterior. Este desempenho foi consequência do aumento do consumo privado em 2,7% (variação em cadeia de 4,0% no trimestre anterior), superior ao crescimento do rendimento disponível (1,2%). Relembre-se que as variáveis aqui apresentadas estão em termos nominais, o que, no caso do consumo privado, significa que a sua evolução é marcada pela aceleração dos preços evidenciada pelo comportamento do Índice de Preços no Consumidor no 2º trimestre de 2022 incluindo o IVA pago pelas famílias.

A figura 5 apresenta a decomposição da taxa de variação (1,2%) do RDB das Famílias no ano acabado no 2º trimestre de 2022. As remunerações e o excedente bruto de exploração contribuíram em 1,3 e 0,2 p.p., respetivamente, para essa taxa de variação (1,2 e 0,1 p.p. no trimestre anterior, pela mesma ordem), sendo ainda de destacar o contributo negativo de 0,2 p.p. das prestações sociais recebidas pelas Famílias.



DIÍSTAQUE

Figura 4. Taxa de poupança das Famílias (%; ano acabado no trimestre)

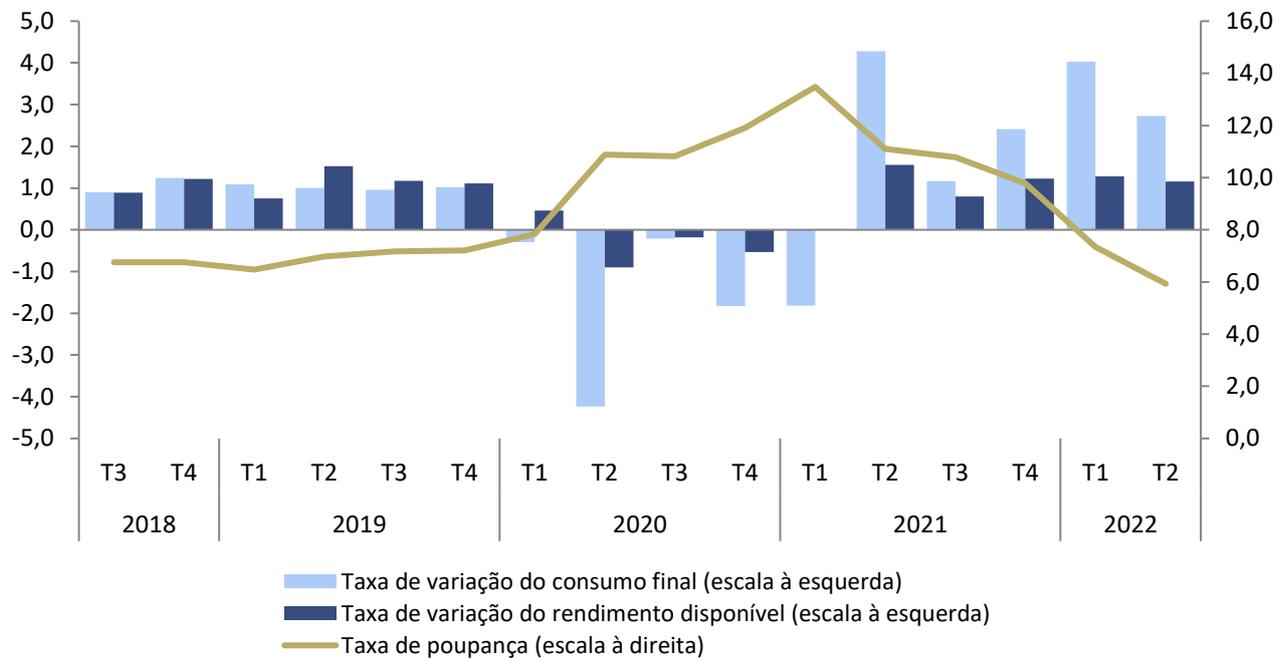
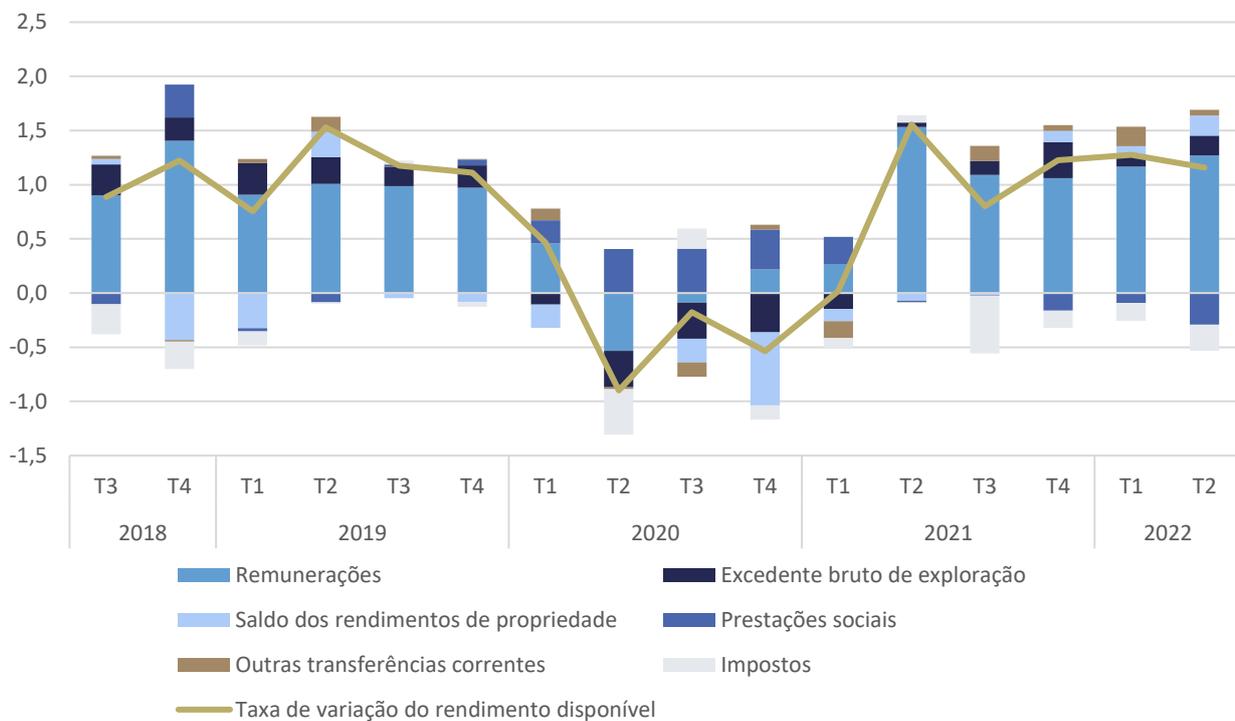


Figura 5. Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias (p.p., ano acabado no trimestre)





A FBCF das Famílias, que corresponde essencialmente à FBCF em habitação, registou uma taxa de variação de 1,6% no 2º trimestre de 2022 face ao trimestre anterior. Comparando com o trimestre homólogo, o aumento da FBCF das Famílias foi 4,7%. A taxa de investimento das Famílias (medida através do rácio entre a FBCF e o rendimento disponível) manteve-se em 6,0%.

O RDB ajustado das Famílias *per capita* fixou-se em 17,4 mil euros no 2º trimestre de 2022, o que representou um aumento de 1,2% face ao trimestre anterior. A taxa de variação do PIB *per capita* foi 2,9%, superior em 1,7 p.p. relativamente à variação do RDB ajustado. Note-se que o RDB ajustado difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços adquiridos ou produzidos pelas AP ou ISFLSF e que se destinam ao consumo das Famílias, como sejam, por exemplo, comparticipações na aquisição de medicamentos pelas famílias.

Sociedades Não Financeiras: necessidade de financiamento situou-se em 2,7% do PIB

A necessidade de financiamento das SNF diminuiu 0,7 p.p. no 2º trimestre de 2022, fixando-se em 2,7% do PIB (saldos de -2,0% e -0,4% no trimestre anterior e no homólogo, respetivamente).

O VAB aumentou 3,8% no 2º trimestre de 2022 e 12,4% face ao trimestre homólogo. Este aumento foi acompanhado pelo crescimento em 2,4% das remunerações pagas e pela diminuição em 25,6% dos subsídios à exploração, determinando um aumento de 4,1% do Excedente Bruto de Exploração. Os subsídios de exploração recebidos apresentaram uma trajetória decrescente com início no 2º trimestre 2021, mantendo-se, no entanto, num nível elevado devido à utilização de valores acumulados de quatro trimestres, refletindo o impacto das medidas de apoio às empresas no contexto da pandemia COVID-19.

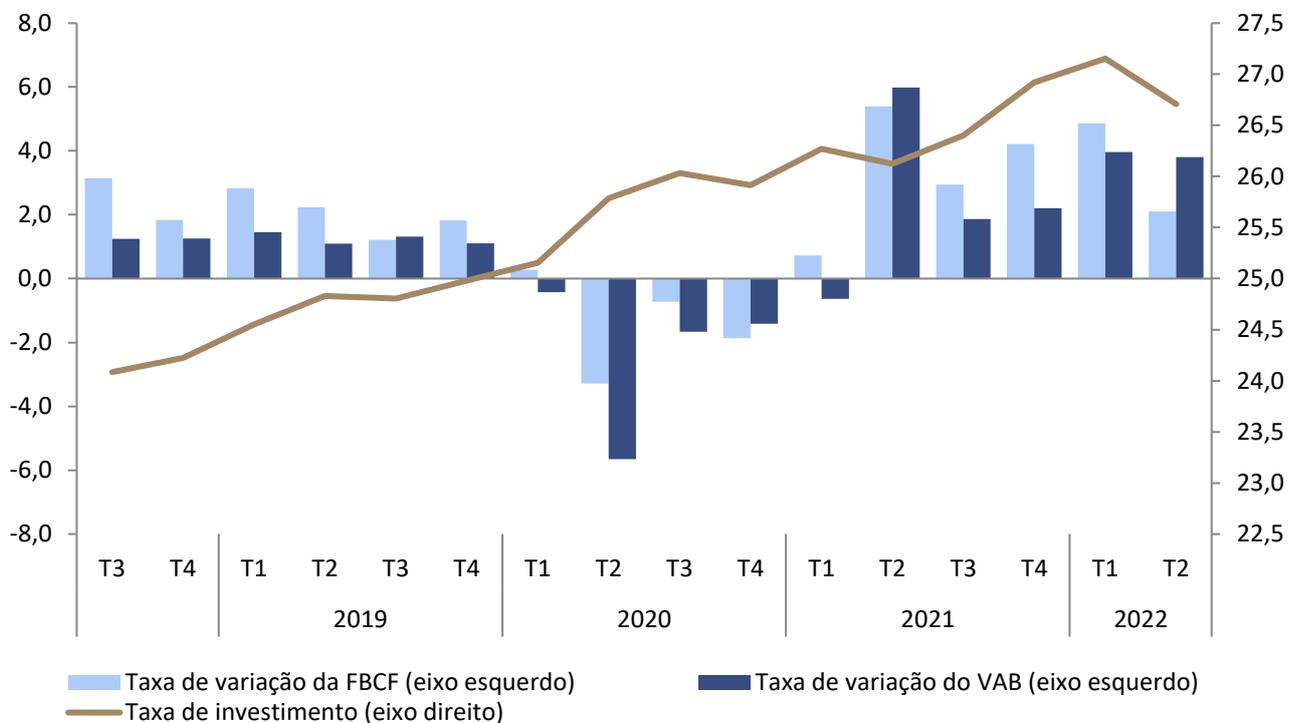
A taxa de margem operacional líquida do setor fixou-se em 23,8% (mais 0,4 p.p. que no trimestre anterior). Esta taxa é obtida pelo rácio entre o Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido² e corresponde à percentagem de valor criado nas empresas que se destina à remuneração dos recursos financeiros obtidos.

O aumento de 2,1% da FBCF, inferior ao crescimento do VAB do setor em 1,7 p.p., determinou um decréscimo da taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o VAB) em 0,5 p.p. face ao trimestre anterior, fixando-se em 26,7%. A FBCF a preços correntes das SNF tem apresentado taxas de variação em cadeia positivas desde o 1º trimestre de 2021.

² O Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido correspondem, respetivamente, ao EBE e VAB deduzindo o consumo de capital fixo.



Figura 6. Taxa de Investimento (FBCF/VAB) das Sociedades Não Financeiras (%; ano acabado no trimestre)



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento diminuiu 0,3 p.p. para 1,4% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras fixou-se em 1,4% do PIB, menos 0,3 p.p. que o valor observado no trimestre anterior. Para este resultado contribuiu principalmente a redução do saldo dos rendimentos de propriedade, com os rendimentos pagos e recebidos a registarem taxas de variação de 8,9% e 4,4%, respetivamente, face ao trimestre anterior.

**Administrações Públicas: saldo aumentou 1,8 p.p. do PIB**

O saldo do setor das AP aumentou 1,8 p.p. no ano terminado no 2º trimestre de 2022, passando de uma necessidade de financiamento de 1,6% do PIB no 1º trimestre para uma capacidade de financiamento de 0,2% do PIB. Esta melhoria no saldo foi o resultado conjugado de um aumento da receita (3,0%) e uma diminuição da despesa (-1,1%).

As figuras 7 e 8 apresentam a receita e a despesa no ano acabado no trimestre, em valor e em taxa de variação, respetivamente.

**Figura 7. Receita e Despesa do setor das
Administrações Públicas (ano acabado no trimestre)**

Unidade: 10⁶ EUR

	2021T2	2021T3	2021T4	2022T1	2022T2
Receita total	90 169,0	94 056,0	96 321,5	98 612,0	101 559,8
Receita corrente	88 859,8	91 664,0	93 741,0	96 025,2	99 028,7
Impostos sobre o rendimento e património	19 866,5	20 799,0	20 707,7	21 098,6	22 470,0
Impostos sobre a produção e importação	30 030,9	31 107,4	32 346,6	34 045,9	35 118,8
Contribuições sociais	26 381,0	26 771,1	27 266,6	27 712,4	28 287,9
Vendas	6 556,7	6 657,9	6 686,0	6 922,8	7 200,1
Outra receita corrente	6 024,8	6 328,6	6 734,1	6 245,5	5 951,9
Receita de capital	1 309,2	2 392,0	2 580,5	2 586,9	2 531,1
Despesa total	102 368,2	102 206,3	102 536,9	102 193,2	101 078,1
Despesa corrente	92 991,8	93 856,3	94 287,8	93 817,9	93 515,3
Prestações sociais	41 006,8	41 381,2	41 608,5	42 049,7	42 222,9
Despesas com pessoal	24 527,7	24 789,8	24 974,8	25 184,5	25 378,2
Juros	5 565,3	5 405,4	5 170,5	5 005,1	4 867,4
Consumo intermédio	11 557,3	12 034,9	12 434,5	12 684,3	12 878,9
Subsídios	5 012,7	4 674,4	4 275,9	3 052,3	2 132,1
Outra despesa corrente	5 322,1	5 570,7	5 823,7	5 842,0	6 035,9
Despesa de capital	9 376,4	8 350,0	8 249,2	8 375,3	7 562,8
Investimento ⁽¹⁾	5 325,7	5 448,6	5 618,6	5 720,9	5 900,3
Outra despesa de capital	4 050,7	2 901,4	2 630,6	2 654,3	1 662,5
Saldo corrente	-4 132,0	-2 192,3	-546,8	2 207,3	5 513,4
Saldo total	-12 199,2	-8 150,3	-6 215,5	-3 581,1	481,7
Por Memória:					
Despesa corrente primária	87 426,5	88 450,9	89 117,3	88 812,8	88 647,9
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	206 751,0	210 308,0	214 470,7	221 161,8	227 440,1
Saldo em % do PIB	-5,9	-3,9	-2,9	-1,6	0,2

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

A evolução da despesa resultou da diminuição em 0,3% da despesa corrente e em 9,7% da despesa de capital. A variação da despesa corrente foi determinada pela diminuição dos encargos com juros (-2,8%) e dos subsídios pagos (-30,1%), refletindo essencialmente, no último caso, a forte redução dos apoios pagos às empresas no



contexto da mitigação dos efeitos económicos da pandemia COVID-19. Em sentido oposto, verificaram-se aumentos das despesas com prestações sociais (0,4%), das despesas com pessoal (0,8%), do consumo intermédio (1,5%) e da outra despesa corrente (3,3%). A diminuição da despesa de capital resultou do decréscimo da outra despesa de capital em 37,4%, tendo o investimento aumentado 3,1%.

Figura 8. Taxas de variação da Receita e Despesa do setor das
Administrações Públicas (%; ano acabado no trimestre)

	2021T2	2021T3	2021T4	2022T1	2022T2
Receita total	3,5	4,3	2,4	2,4	3,0
Receita corrente	3,2	3,2	2,3	2,4	3,1
Impostos sobre o rendimento e património	-1,1	4,7	-0,4	1,9	6,5
Impostos sobre a produção e importação	5,3	3,6	4,0	5,3	3,2
Contribuições sociais	2,2	1,5	1,9	1,6	2,1
Vendas	4,7	1,5	0,4	3,5	4,0
Outra receita corrente	10,8	5,0	6,4	-7,3	-4,7
Receita de capital	33,7	82,7	7,9	0,2	-2,2
Despesa total	1,3	-0,2	0,3	-0,3	-1,1
Despesa corrente	1,1	0,9	0,5	-0,5	-0,3
Prestações sociais	1,0	0,9	0,5	1,1	0,4
Despesas com pessoal	1,3	1,1	0,7	0,8	0,8
Juros	-2,1	-2,9	-4,3	-3,2	-2,8
Consumo intermédio	2,8	4,1	3,3	2,0	1,5
Subsídios	-0,2	-6,7	-8,5	-28,6	-30,1
Outra despesa corrente	1,1	4,7	4,5	0,3	3,3
Despesa de capital	3,5	-10,9	-1,2	1,5	-9,7
Investimento ⁽¹⁾	7,8	2,3	3,1	1,8	3,1
Outra despesa de capital	-1,6	-28,4	-9,3	0,9	-37,4

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

A receita total aumentou 3,0% no ano acabado no 2º trimestre de 2022, devido ao crescimento da receita corrente em 3,1% e da diminuição de 2,2% da receita de capital. O comportamento da receita corrente reflete aumentos de todas as suas componentes com exceção da outra receita corrente, destacando-se o aumento de 6,5% da receita de impostos sobre o rendimento e património, sobretudo devido ao crescimento da receita de IRC. A outra receita corrente apresentou uma redução de 4,7% relacionada, em larga medida, com a menor utilização de fundos da União Europeia para financiamento da despesa realizada no combate à pandemia COVID-19 (que tem, contudo, um impacto neutro no saldo). A diminuição da receita de capital reflete principalmente o decréscimo de transferências da União Europeia.



Para possibilitar uma comparação entre os valores trimestrais em alternativa ao ano acabado no trimestre, a figura 9 apresenta os valores da receita e da despesa do setor das AP e respetiva percentagem no PIB para os segundos trimestres de 2021 e 2022.

Figura 9. Receita e Despesa do setor das Administrações Públicas

	2º trimestre de 2021		2º trimestre de 2022		Variação em valor (%)
	10 ⁶ EUR	% PIB	10 ⁶ EUR	% PIB	
Receita total	22 433,1	42,1	25 380,8	42,6	13,1
Receita corrente	21 954,3	41,2	24 957,9	41,9	13,7
Impostos sobre o rendimento e património	3 404,6	6,4	4 776,0	8,0	40,3
Impostos sobre a produção e importação	7 814,8	14,7	8 887,7	14,9	13,7
Contribuições sociais	6 868,3	12,9	7 443,8	12,5	8,4
Vendas	1 616,3	3,0	1 893,5	3,2	17,2
Outra receita corrente	2 250,4	4,2	1 956,8	3,3	-13,0
Receita de capital	478,7	0,9	422,9	0,7	-11,7
Despesa total	25 391,3	47,7	24 276,2	40,8	-4,4
Despesa corrente	22 804,4	42,8	22 501,8	37,8	-1,3
Prestações sociais	9 355,8	17,6	9 528,9	16,0	1,9
Despesas com pessoal	6 531,9	12,3	6 725,6	11,3	3,0
Juros	1 346,7	2,5	1 208,9	2,0	-10,2
Consumo intermédio	2 947,0	5,5	3 141,6	5,3	6,6
Subsídios	1 371,2	2,6	451,0	0,8	-67,1
Outra despesa corrente	1 251,8	2,3	1 445,7	2,4	15,5
Despesa de capital	2 586,9	4,9	1 774,5	3,0	-31,4
Investimento ⁽¹⁾	1 325,8	2,5	1 505,2	2,5	13,5
Outra despesa de capital	1 261,1	2,4	269,3	0,5	-78,6
Saldo corrente	-850,0	-1,6	2 456,1	4,1	
Saldo total	-2 958,2	-5,6	1 104,6	1,9	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Assim, tomando como referência os valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP no 2º trimestre de 2022 atingiu 1 104,6 milhões de euros, correspondendo a 1,9% do PIB, o que compara com -5,6% no período homólogo. Face ao mesmo período do ano anterior, verificou-se um aumento de 13,1% da receita total, enquanto a despesa total diminuiu 4,4%.

No lado da despesa, registou-se um decréscimo de 1,3% da despesa corrente, em resultado da diminuição das despesas dos encargos com juros (-10,2%) e dos subsídios pagos (-67,1%), este último motivado pela redução dos apoios pagos às empresas no contexto da mitigação dos efeitos económicos da pandemia. Por outro lado, as despesas com prestações sociais e com pessoal aumentaram 1,9% e 3,0%, respetivamente, tendo o consumo intermédio registado um aumento de 6,6% e a outra despesa corrente de 15,5%. A despesa de capital diminuiu 31,4%, em resultado da diminuição em 78,6% da outra despesa de capital e do crescimento de 13,5% do investimento. A forte redução da outra despesa de capital é explicada em grande medida por um efeito de base devido ao registo, no 2º trimestre de 2021, como transferência de capital, do aumento de capital realizado na

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS POR SETOR INSTITUCIONAL – 2º TRIMESTRE DE 2022



TAP, S.A., no montante de 462 milhões de euros, da transferência de capital do Fundo de Resolução para o Novo Banco, no montante de 317 milhões de euros, e ainda das ajudas concedidas à SATA, SA, no montante de 120 milhões de euros.

O aumento de 13,7% da receita corrente deveu-se a aumentos em todas as suas componentes, exceto na outra receita corrente. Os impostos sobre o rendimento e património, sobre a produção e importação (particularmente devido à receita do IRC), as contribuições sociais e as vendas cresceram 40,3%, 13,7%, 8,4% e 17,2%, respetivamente, tendo a outra receita corrente diminuído 13,0%. A evolução positiva da receita fiscal (21,8%) e contributiva (8,4%), evidencia a recuperação da atividade económica e do mercado de trabalho face ao período homólogo marcado por medidas restritivas no âmbito da pandemia. A receita de capital registou uma diminuição de 11,7%, pelos motivos já referidos na análise relativa ao ano acabado no trimestre.

Figura 10. Receita e despesa do setor das Administrações Públicas - valores semestrais

Unidade: 10⁶ EUR

	1º semestre de 2019	2º semestre de 2019	1º semestre de 2020	2º semestre de 2020	1º semestre de 2021	2º semestre de 2021	1º semestre de 2022
Receita total	40 974,6	50 276,8	39 297,0	47 777,3	42 391,7	53 929,8	47 630,0
Receita corrente	40 668,1	49 769,1	38 938,9	47 152,5	41 707,3	52 033,7	46 995,0
Imp. sobre rendimento e património	7 167,2	13 717,2	7 589,1	12 503,6	7 362,9	13 344,7	9 125,3
Imp. sobre a produção e importação	15 281,2	16 834,6	13 685,5	15 457,7	14 573,2	17 773,5	17 345,3
Contribuições sociais	12 049,4	13 310,3	12 109,8	13 489,6	12 891,5	14 375,2	13 912,7
Vendas	3 484,9	3 777,3	2 958,6	3 437,1	3 119,5	3 566,5	3 633,6
Outra receita corrente	2 685,3	2 129,8	2 595,9	2 264,6	3 760,2	2 973,9	2 978,1
Receita de capital	306,4	507,7	358,0	624,8	684,4	1 896,0	635,0
Despesa total	42 133,4	48 870,8	44 569,8	54 173,5	48 194,8	54 342,2	46 735,9
Despesa corrente	39 284,3	45 626,9	41 250,6	48 498,5	44 493,4	49 794,4	43 720,9
Prestações sociais	17 293,4	21 532,4	17 826,0	22 370,1	18 636,7	22 971,8	19 251,0
Despesas com pessoal	11 121,7	12 025,0	11 479,6	12 454,2	12 073,4	12 901,4	12 476,8
Juros	3 168,1	3 156,1	2 886,7	2 900,2	2 665,1	2 505,3	2 362,1
Consumo intermédio	4 989,0	6 036,6	5 051,2	6 017,3	5 540,0	6 894,4	5 984,4
Subsídios	361,8	557,4	1 574,3	2 068,3	2 944,5	1 331,5	800,6
Outra despesa corrente	2 350,3	2 319,4	2 432,8	2 688,4	2 633,6	3 190,1	2 845,9
Despesa de capital	2 849,1	3 243,9	3 319,2	5 675,0	3 701,4	4 547,7	3 015,1
Investimento ⁽¹⁾	1 360,3	2 366,4	1 683,9	3 098,9	2 226,8	3 391,8	2 508,5
Outra despesa de capital	1 488,8	877,5	1 635,3	2 576,1	1 474,6	1 156,0	506,5
Saldo corrente	1 383,8	4 142,2	-2 311,6	-1 346,0	-2 786,0	2 239,3	3 274,1
Saldo total	-1 158,8	1 406,0	-5 272,8	-6 396,2	-5 803,0	-412,4	894,1
% PIB:							
Receita total	39,1	45,9	40,8	45,8	41,4	48,2	41,2
Despesa total	40,2	44,6	46,3	52,0	47,0	48,5	40,5
Saldo corrente	1,3	3,8	-2,4	-1,3	-2,7	2,0	2,8
Saldo total	-1,1	1,3	-5,5	-6,1	-5,7	-0,4	0,8

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos



Tal como é possível verificar na figura 10, que apresenta valores da receita e despesa por semestres, o saldo das AP representou 0,8% do PIB no 1º semestre de 2022, registando-se uma melhoria expressiva deste indicador face aos semestres homólogos de 2020 e 2021, marcados pela pandemia COVID-19. É importante notar que se verificou também uma melhoria expressiva face ao mesmo período de 2019, ano em que o saldo melhorou consideravelmente entre o 1º e o 2º semestre.

Em termos homólogos, observa-se um crescimento da receita total de 12,4%, enquanto a despesa total diminuiu 3,0%. Na receita, em resultado da recuperação da atividade económica e do mercado de trabalho no período pós-pandemia, acentuado pelo efeito do aumento dos preços, destacam-se os aumentos na receita fiscal, nas contribuições e nas vendas (20,7%, 7,9% e 16,5%, respetivamente). Do lado da despesa salienta-se a diminuição dos subsídios e dos encargos com juros (-72,8% e -11,4%, respetivamente).

A figura 11 sintetiza os principais ajustamentos efetuados na passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional para os primeiros semestres de 2021 e 2022.

Figura 11. Passagem de saldos de Contabilidade Pública para Contabilidade Nacional

	Unidade: 10 ⁶ EUR	
	2021S1	2022S1
Saldo em contabilidade pública:	-7 373,5	893,0
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	430,5	-91,2
Diferença entre juros pagos e devidos	935,9	657,1
Outros valores a receber:	310,2	369,2
Ajust. temporal de impostos e contribuições	458,6	359,4
Outros	-148,5	9,8
Outros valores a pagar:	-97,2	-168,7
Encargos assumidos e não pagos	-168,6	-185,9
Outros	71,4	17,2
Outros ajustamentos:	-9,0	-765,3
dos quais:		
Injeções de capital e assunção de dívidas	-1 497,1	-937,4
Saldo em contabilidade nacional:	-5 803,0	894,1
PIB ⁽¹⁾	102 515,5	115 485,0
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-5,7	0,8

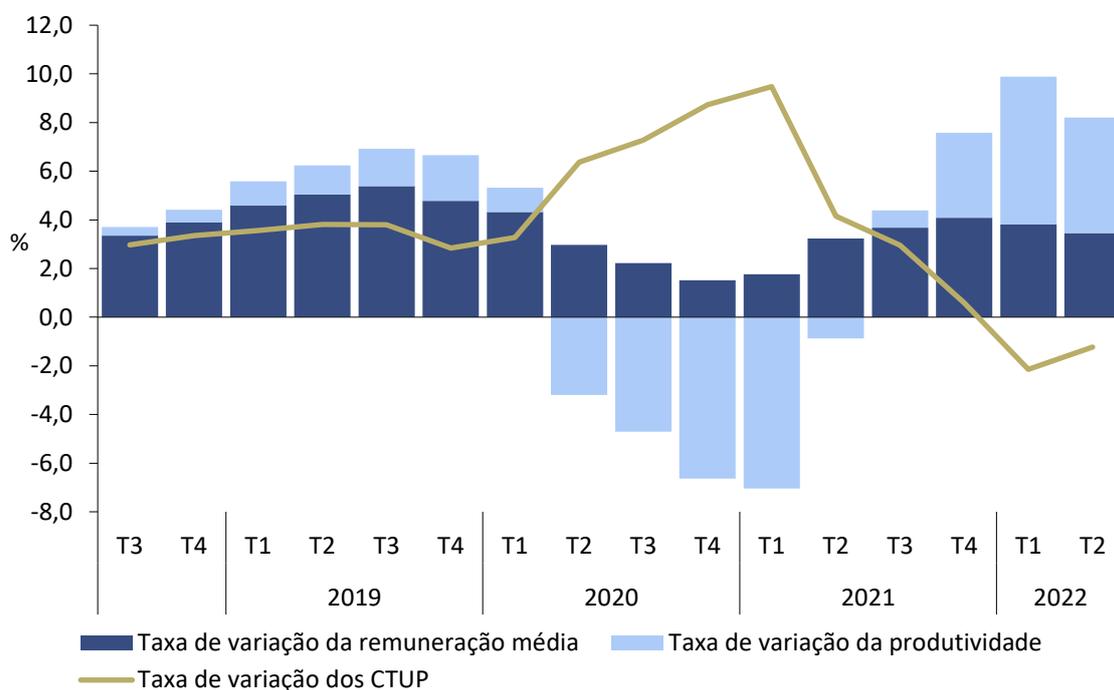
⁽¹⁾ Dados não ajustados de sazonalidade e de efeitos de calendário



Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) diminuíram 1,2%

No ano acabado no 2º trimestre de 2022, os CTUP diminuíram 1,2% em termos homólogos, que compara com uma taxa de variação de -2,1% no trimestre anterior. Este resultado deveu-se ao crescimento de 4,7% da produtividade, que superou o aumento de 3,5% da remuneração média.

Figura 12. Taxa de variação dos CTUP (%; ano acabado no trimestre)





Caixa – Revisões das Contas Nacionais Trimestrais

Com a divulgação dos resultados finais de 2020 e provisórios de 2021 das Contas Nacionais Portuguesas, as séries das contas trimestrais foram revistas, garantindo-se assim a total consistência com os novos resultados anuais.

Os resultados agora divulgados para 2020 traduzem uma ligeira revisão em alta do PIB em +0,2 p.p. em termos nominais e de +0,1 p.p. em volume, para taxas de variação de -6,5% e -8,3% respetivamente.

Comparativamente com os resultados preliminares, os resultados provisórios para 2021 determinaram uma revisão em alta mais significativa (+1,4 p.p. em valor, +0,6 p.p. em volume) face aos dados anteriormente divulgados. O PIB em 2021 aumentou 7,0%, com um crescimento em termos reais de 5,5%.

Estas revisões decorreram fundamentalmente da apropriação pelo Sistema de Contas Nacionais Portuguesas dos resultados provisórios da Informação Empresarial Simplificada referente a 2021 que reúne um conjunto vasto de informação económica e financeira de cerca de 400 mil sociedades. A incorporação dos dados da IES veio a revelar uma maior dinâmica do setor empresarial em 2021 que a inicialmente refletida nos indicadores de curto prazo infra-anuais de natureza amostral. De forma consistente, os dados finais de 2021 do comércio internacional expressaram também uma revisão em alta das Importações de bens. Finalmente, a nova informação sobre as administrações públicas, nomeadamente a respeitante às autarquias locais e às despesas associadas a domínios de saúde pública, vieram a revelar uma despesa de consumo final deste setor mais elevada que a traduzida na informação anteriormente disponível.

Em termos trimestrais, verificaram-se revisões de magnitude significativa nos trimestres de 2021, mas manteve-se o perfil temporal do comportamento das taxas de variação em volume do PIB anteriormente publicadas, como pode ser observado no quadro seguinte. Os novos resultados determinaram uma revisão em alta de 0,3 p.p. e 0,1 p.p. das taxas de variação homóloga e em cadeia do PIB em volume no 2º trimestre de 2022, respetivamente, com taxas de 7,4% e 0,1% (pela mesma ordem).

Figura 13. Revisões das taxas de variação do PIB trimestral, em termos reais

(dados ajustados de sazonalidade e de efeitos de calendário)

	4ºT 19	1ºT 20	2ºT 20	3ºT 20	4ºT 20	1ºT 21	2ºT 21	3ºT 21	4ºT 21	1ºT 22	2ºT 22
	Taxa de variação homóloga (%)										
CNT 2ºT 2022 (85 dias)	2,8	-2,6	-17,8	-6,2	-6,6	-4,9	17,0	5,0	6,6	12,0	7,4
CNT 2ºT 2022 (60 dias)	2,8	-2,6	-17,9	-6,3	-6,8	-5,4	16,5	4,4	5,9	11,8	7,1
Revisão (p.p.)	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,5	0,5	0,6	0,7	0,2	0,3
	Taxa de variação em cadeia (%)										
CNT 2ºT 2022 (85 dias)	0,8	-4,4	-15,1	14,6	0,4	-2,6	4,4	2,8	1,9	2,4	0,1
CNT 2ºT 2022 (60 dias)	0,8	-4,4	-15,2	14,7	0,3	-2,9	4,4	2,7	1,7	2,5	0,0
Revisão (p.p.)	0,0	0,0	0,1	-0,1	0,1	0,3	0,0	0,1	0,2	-0,1	0,1



NOTA METODOLÓGICA

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) para o 2º trimestre de 2022, período em que ocorreu o levantamento da generalidade das restrições à atividade económica impostas no contexto da pandemia COVID-19.

Para uma melhor leitura dos resultados deve-se ter presente que, salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente. Devido a arredondamentos, a soma das parcelas dos indicadores económicos apresentados pode não coincidir com o resultado para o total da economia.

Os agregados das CTSI estão expressos exclusivamente em termos nominais e diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por estes serem ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário. Os resultados são apresentados para o total da economia e com detalhe por setor institucional.

Além dos quadros anexos a este destaque, informação adicional está disponível no Portal do INE:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais&xlang=pt

Revisões das estimativas anteriores

Os resultados agora apresentados incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados.

São de destacar a incorporação dos resultados finais de 2020 e provisórios para 2021 das Contas Nacionais, objeto de uma publicação autónoma divulgada em simultâneo com o presente destaque.

Deve referir-se ainda a integração das versões mais recentes da Balança de Pagamentos e das Estatísticas Monetárias e Financeiras produzidas pelo Banco de Portugal, bem como a informação mais recente das estatísticas do comércio internacional de bens e de dados atualizados sobre o setor das AP.

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública, mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo



em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que as aquisições, por entidades das AP, de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.

SIGLAS E DESIGNAÇÕES

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento: A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Despesa de Consumo Final: O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP): Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF): A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (Investimento): A Formação Bruta de Capital (P.5) inclui a FBCF (P.51g), a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento Disponível: Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Disponível Bruto ajustado das Famílias: Corresponde à soma do rendimento disponível bruto das Famílias e das transferências sociais em espécie, ou seja, inclui o valor dos bens e serviços adquiridos ou produzidos pelas AP ou ISFLSF e que se destinam ao consumo das Famílias, como sejam, por exemplo, comparticipações na aquisição de medicamentos pelas famílias.

Rendimento Nacional Bruto (RNB): O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.



Rendimentos de propriedade: Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança: A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB): O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional: O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Os setores institucionais são os seguintes: Sociedades Não Financeiras (S.11); Sociedades Financeiras (S.12); Administrações Públicas (S.13); Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF)(S.1M); Resto do Mundo (S.2).

Taxa de investimento das Famílias: A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Taxa de investimento das Sociedades Não Financeiras: A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de margem operacional das Sociedades Não Financeiras: É obtida pelo rácio entre o Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido e corresponde à percentagem de valor criado nas empresas que se destina à remuneração dos recursos financeiros obtidos.

Taxa de poupança das Famílias: A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Data do próximo destaque das Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional – 23 de dezembro de 2022
